

A formação do conceito de economia política entre os séculos XVIII e XIX

Antonio D'Elia Jr.¹

Resumo

Este brevíssimo estudo se refere a demonstrar, de forma não exaustiva e concentrado em enxertos especulativos dos diversos pensadores dos séculos XVIII e XIX, como surgiram os elementos constituintes da formulação conceitual da economia política.

Palavras-chave: Economia Política.

Abstract

This brief case study it made to demonstrate, but is not limited and concentrated on grafting of various speculative thinkers of the eighteenth and nineteenth centuries, emerged as the components of the conceptual formulation of Political Economy.

Keywords: Political Economy.

Introdução

A formulação do conceito de economia política é um estudo do legado acumulado pelos que escreveram sobre assuntos econômicos no transcurso de muitos séculos.

Desde a Antiguidade, passando pelos pensadores helênicos (Aristóteles, Platão e Xenofonte), evoluindo para a Idade Média, (São Tomás de Aquino, São Agostinho e Nicollo Oresmo) e a era Mercantilista, (Thomas More, Cardeal Richelieu, Jonh Locke e Wiliam Petty) os exercícios especulativos a respeito do homem e seu meio sempre foram formulados, pois a atividade econômica para suprir as necessidades da sociedade sempre ocorreu em todas as épocas, porém, a formação e a consolidação do que seria a economia política surge apenas a partir do século XVIII.

De forma sintética, podemos dizer que anteriormente à primeira metade do período Mercantilista, (séculos XVI e XVII), havia uma série de elementos inibidores ao desenvolvimento da economia política como ramo específico de estudo dedicado, seja pela dominação exegética do Estado/Igreja, impondo filosofias e costumes sincréticos ou ainda porque neste período, estivessem as atividades econômicas relegadas a um plano relativamente limitado.

O utilitarismo

François Quesnay (1694-1774), médico da Corte do Rei Francês Luís XV (1710-1774), pensador da Escola Fisiocrata (do grego *phusis*; natureza e *kratos*; força–doutrina

¹ Doutorando em Direito pela UERJ; Professor de Teoria do Estado da UFF; Assessor do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA); Professor da FDV. Este artigo foi publicado originalmente em 1997, no site da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, seção Publicações.

que considerava os bens materiais especialmente o cultivo da terra, como fonte única de riqueza, se opondo ao mercantilismo²), cuja obra mais relevante foi o *Tableau Économique* (Quadro Econômico), de 1758, na qual demonstra um pensamento precursor, tecendo os princípios da filosofia social utilitarista, isto é, obter máxima satisfação com o mínimo esforço, pois conforme afirma³:

“O domínio da ciência econômica é todo o vasto campo das relações sociais da humanidade, em todas as suas partes, físicas e morais.”

Influenciado pelo pensador francês René Descartes (1596-1650) e por seus conhecimentos médicos, pretendia sempre demonstrar que a vida econômica funciona como uma máquina, ou, o que para ele significava a mesma coisa, um organismo vivo.

Do pensamento de Quesnay, já crítico ao sistema mercantilista vigente, partimos à formulação das ideias de Jean Jacques ROUSSEAU, pensador suíço de expressão francesa, (1712-1778), que em sua obra *Discurso sobre as ciências e as artes* (1750), parte do princípio de que o homem, naturalmente bom, é corrompido pela sociedade, onde o cultivo das ciências e das artes conduz à ociosidade, promovendo a decadência moral e deteriorando os costumes, efetuando assim, uma crítica veemente à organização social.

Outrossim, foi a vertente política de seu pensamento que teve repercussões mais amplas e profundas. Através da obra *Contrato Social* (1772), ele expõe que a desigualdade entre os homens surgiu com a propriedade, que haveria gerado também o Estado Despótico.

330

Em contrapartida, o Estado ideal seria resultante de um acordo entre os indivíduos, que cederiam alguns de seus direitos para se tornarem cidadãos. A base desse acordo seria a vontade geral, identificada com a coletividade, e, portanto, soberana. Essas ideias exerceram uma influência determinante na Revolução Francesa⁴.

“Economia na antiga Grécia significava apenas a sábia e legítima governança do lar em prol da família. Porém, com o correr do tempo, o sentido do termo estendeu-se ao governo da grande família, a nação. Para distinguir as duas acepções, a antiga e a recente, convém recorrer às expressões: economia doméstica ou particular, e economia política ou geral.”

Vemos que, a partir deste momento, surge a necessidade da procura de separar a ideia da aplicação analógica das soluções da economia doméstica em relação aos paradigmas econômicos nacionais, muito embora Antoine de MONTCHRESTIEN, economista francês (1575-1621) já houvesse comentado este assunto em seu *Tratado de Economia Política*, de 1613, concentrando porém suas atenções sobre o gerenciamento e a necessidade das coisas públicas e não propriamente no objeto da economia política.

² Doutrina econômica que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial (séculos XVI a XVIII) marcado pela desintegração do Feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais unificados em torno da figura de um monarca considerada essencial para garantir o *modus operandi* deste sistema, que baseia-se no acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado por meio do comércio exterior de caráter protecionista.

³ QUESNAY, F., *apud* LOBO, Ary M. *Tratado de economia política realista e de econômica*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1945, p. 0.01.006.

⁴ ROUSSEAU, J.J., *apud* LOBO, Ary M., *op. cit.*, p. 0060.01.

A Escola Clássica Liberal

Pela vertente liberal desencadeada pela Revolução Francesa, vemos surgir à mesma época de Rousseau, Adam SMITH, economista escocês (1723-1790), que foi o fundador da economia liberal clássica. Em seu tratado *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas), mais conhecido como *A riqueza das nações* (1776), constitui o primeiro esforço de analisar os determinantes do capital e o desenvolvimento histórico da indústria e do comércio entre os países europeus, o que permitiu criar a base da moderna ciência econômica⁵.

“A economia política, considerada como a seção da ciência de governar, tem duas finalidades: dar ao povo farta subsistência, ou melhor, por os cidadãos em condições de se bastarem a si próprios; e prover o Estado, tanto vale dizer – a comunidade, dos recursos suficientes para os encargos públicos.”

Podemos considerar assim que Adam Smith foi na verdade um filósofo social, pois em suas considerações ele aborda um sistema filosófico amplo, que parte de uma teoria da natureza humana, para uma concepção de organização política e de evolução histórica, que era coisa bastante natural à época, já que os pensadores geralmente tinham uma formação genericista.

Contudo, o cerne das ideias de Smith consistia em denunciar o antigo sistema mercantilista, que restringia a livre concorrência, pois, pelo que propunha, o Estado deveria abster-se de intervir na economia, exaltando que os interesses individuais livremente desenvolvidos seriam harmonizados por uma “mão invisível” e resultariam mormente no bem-estar coletivo, vindo esta apologia tornar-se a base do Liberalismo⁶.

Desta forma, Adam Smith fornece a base ideológica necessária ao desenvolvimento da burguesia inglesa e sua florescente Revolução Industrial.

Também podemos destacar que todos os principais economistas da Escola Clássica Liberal, irão de alguma forma, basear suas formulações sobre as ideias de Smith.

Thomas Robert MALTHUS, economista inglês (1776-1834), foi dos primeiros economistas a adotar uma visão denominada *pessimista*, pois, ao observar o rápido e progressivo aumento populacional da Inglaterra no início da Revolução Industrial passou a acreditar que o progresso em direção a uma sociedade melhor fosse impossível, dado ao rápido crescimento demográfico, conforme o que apresentou em seu *Ensaio sobre a população*⁷ (1803), dizendo que a população sempre ultrapassaria o suprimento de alimentos e que, no final, o número de seres humanos teria de ser contido pela fome, doença ou guerra.

⁵ SMITH, A., *apud* LOBO, Ary M, *op. cit.* p. 0060.01.

⁶ Doutrina que serviu de substrato ideológico as revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII e na Independência dos EUA. Vindo de encontro aos ansejos da Burguesia, que consolidava sua força econômica diante da nobreza em decadência amparada pelo monarca, o liberalismo defendia a mais ampla liberdade individual, a Democracia representativa com a separação e a independência dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário), os direitos inalienáveis à propriedade, à livre iniciativa e à concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social. A máxima que sintetiza o pensamento da época, criada pelo fisiocrata Vincent DE GORNAY é “Laisser Faire, Laisser Passer” (deixar fazer, deixar estar).

⁷ MALTHUS, T.R, *apud* LOBO, Ary M, *op. cit.* p. 0.01.007.

“Cuida a economia política das pesquisas relacionadas com a produção e o consumo de tudo que o homem deseja como útil e agradável.”

Contudo, sua sentença de forma sintética, segue as ideias liberais talhadas por Adam Smith.

Apresentando a tendência de considerar a economia política como diretriz essencialmente econômica, David RICARDO, economista inglês, (1772-1823), descreve em sua obra *Princípios de economia política e tributação* (1817), várias teorias baseadas em seus estudos sobre a distribuição da riqueza a longo prazo.

Dentre seus pensamentos, destacamos sua especulação a respeito de que o crescimento da população provocaria uma escassez de terras produtivas. Sua teoria da renda agrária é baseada na produtividade da terra, acompanhando o raciocínio de Malthus, mas procurando responder a questão, defendendo ser o trabalho o principal determinante do valor⁸.

“O problema central da economia política consiste em determinar as leis que regem a distribuição dos bens no mercado livre.”

Em contraponto, podemos exibir a visão de John STUART MILL, economista inglês (1806-1873) que buscou um meio-termo entre a exaltação da liberdade, a razão e o ideal científico do século XVIII com o empirismo⁹ e o coletivismo¹⁰ do século XIX. No seu livro *Princípios de economia política* (1848), defendeu as atitudes que, em sua opinião, valorizavam a liberdade individual.

Com ideias francamente avançadas à sua época (defendia o voto feminino, que levou à formação do movimento sufragista britânico) a sentença abaixo sintetiza de forma bastante pragmática seu pensamento¹¹:

“A economia política considera a humanidade como exclusivamente preocupada em adquirir e consumir a riqueza, e pretende mostrar qual seria a marcha da atividade dos homens que vivem em estado social, se o referido motivo, posta de lado a resistência oferecida por duas tendências contrárias; a aversão ao trabalho e o desejo de gozos imediatos e custosos, dominasse completamente a conduta deles.”

Dentro da escola clássica, podemos ainda nominar as contribuições de Jean-Baptiste SAY, economista francês, (1767-1832), que nominou a nomenclatura da ciência econômica, nas suas obras *Tratado de economia política* (1803) e *Manual Prático de Economia Política* (1828) e Friedrich LIST, economista alemão, (1789-1846), que na sua obra *The national system of political economy* (1841), ligou o conceito de economia política à argumentação em torno de fatores políticos, e do conceito de Nação.

⁸ RICARDO, D., *apud* LOBO, Ary M, *op. cit.* p. 0.01.007.

⁹ O empirismo é o sistema que faz repousar só na experiência a fonte dos conhecimentos.

¹⁰ Tema que vê como solução da questão social, a apropriação coletiva dos meios de produção.

¹¹ STUART MILL, J., *apud* LOBO, Ary M, *op. cit.* p. 0.01.008.

A Escola Planificada

Seguindo também de certa forma uma linha de pensamento nacionalista e regulador, Jean Charles Leonard SIMONDE DE SISMONDI, historiador e economista suíço, (1773-1842), era um seguidor de Adam Smith, mas depois de alguns estudos passou a se preocupar com os pobres no sistema do capitalismo desenfreado, adotando uma visão crítica ao Liberalismo puro.

Ele demonstra essa preocupação, conforme podemos verificar no breve texto infra citado, *Nouveaux principes d'économie politique*¹² onde fica caracterizado como um dos primeiros pensadores a formar ideias baseado no ideário socialista, tornando-o precursor de Karl Marx:

“Nada impede que empreguemos o termo economia política por administração da riqueza nacional.

Corre a alta política o dever de dar às nações uma constituição, que, com cerne liberal, concorra para elevar e enobrecer os cidadãos; e uma educação que aponte o rumo da virtude e afugente as trevas da ignorância; e uma religião que faça nascer as esperanças de dias melhores, senão nesta vida ao menos na outra.

A alta política deve interessar-se não pelo que satisfaz a um homem ou a uma classe de homens, e sim pelo que pode tornar mais felizes todos os indivíduos submetidos às suas leis. O bem-estar físico dos cidadãos, naquilo que esteja na alçada do governo, constitui matéria da economia política.”

Como podemos observar em seu pensamento, ele considerava como objetivo da economia política não o estudo das formas de incrementar a riqueza, mas sim as formas de melhorar o bem-estar e que para isso, passava-se necessariamente pelo estudo das formas de distribuí-la equanimemente.

A partir de meados do século XIX, a fórmula liberalista começa a mostrar sinais de desgaste em seu binômio liberdade de mercado e propriedade privada. Advém daí a primeira crise capitalista da Era Industrial em 1830, seguida das Revoluções Políticas de 1848.

É quando surgem os ideólogos e pensadores alemães Friedrich ENGELS (1818-1883), e Karl MARX (1820-1895), que provocam o cisma do pensamento econômico, ao formularem as bases do socialismo científico¹³.

Estes pensadores sofreram influência das principais correntes de pensamento de sua época, como a economia liberal inglesa de Adam Smith e David Ricardo; a Dialética¹⁴ e o Materialismo¹⁵ dos filósofos alemães Friederich HEGEL, (1770-1831) e Ludwig FEURBACH, (1804-1872).

¹² SIMONDE DE SISMONDI, J. C. L., *apud LOBO, Ary M, op. cit.* p. 0.01.007-008.

¹³ Socialismo é a denominação de várias doutrinas econômicas, sociais e políticas, que têm como vertente, a condenação da propriedade privada dos meios de produção e do intercâmbio comercial. Já o socialismo científico, também conhecido como marxismo, tem como premissa não mais se limitar a imaginar uma transformação de estruturas, mas declara que essa transformação é inelutável, que é a consequência lógica das contradições internas do regime capitalista.

¹⁴ A dialética formulada por Friedrich HEGEL, filósofo alemão (1770-1831) afirma que cada conceito possui em si o seu contrário, cada afirmação, a sua negação. O mundo não é um conjunto de coisas prontas e acabadas, mas sim o resultado do movimento gerado pelo choque destes antagonismos e destas contradições. A afirmação traz em si o germe de sua própria negação (tese x antítese); depois de se desenvolver, esta negação entra em choque com a afirmação e este choque vai gerar um terceiro elemento mais evoluído, que Hegel chamou de “síntese” ou “negação da negação”.

¹⁵ Em seu sentido mais amplo, o Materialismo afirma que tudo o que existe é apenas matéria, ou pelo menos, depende da matéria. Em sua forma mais geral, afirma que a realidade humana é essencialmente material.

Também marcaram toda a história do pensamento econômico, pois, doravante, não mais existiriam somente pensadores que se detivessem no modelo econômico capitalista, mas também os que acreditam na coletivização da economia e na sociedade sem classes, formulando as bases da economia planificada, conforme exposto na obra de ENGELS, *Anti-Düring*¹⁶.

“A economia política, no sentido mais amplo possível, é a ciência das Leis que regem a produção e o intercâmbio dos meios materiais da vida na sociedade humana. A produção pode desenvolver-se sem a troca, porém, esta pressupõe sempre, necessariamente, àquela, pelo próprio fato de que o escambo se processa com os produtos. Cada uma dessas funções sociais sofre a influência de grande número de fenômenos exteriores, sendo que tal influência é subordinada em grande parte a leis específicas. Mas concomitantemente, a produção e a troca mantém entre si tal dependência que se pode considerá-las a abscissa e a ordenada da curva econômica.”

Em 1847, MARX escreveu com ENGELS o *Manifesto comunista* (1848), cujas teses constituem a base do materialismo histórico¹⁷. Nesse texto explica-se que o sistema econômico dominante em cada época histórica determina a estrutura social e a superestrutura política e intelectual de cada período. Desse modo, a história da sociedade é a história das lutas entre os exploradores e os explorados, conforme podemos perceber na sentença abaixo¹⁸:

334

“As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país, e, dentro de cada país, de geração para geração. (...) A Economia Política é, portanto, uma ciência essencialmente, histórica.”

ENGELS também percebe que as antigas formulações liberais não respondiam aos novos paradigmas surgidos das contradições deste sistema, apesar de possuírem seu valor analítico e conceitual, pereceram do mimetismo em seus entendimentos, conforme vemos a seguir¹⁹:

¹⁶ in *Anti-Düring*, apud LOBO, Ary M, op. cit. p. 0.00.003-004. Crítica editada em 1878, realizada ao pensador Karl-Eugen DÜHRING, professor em Berlim desde a segunda metade do século XIX, idealista (doutrina filosófica que nega a realidade individual das coisas distintas do “eu” e só lhes admite a ideia; afirma a precedência do espírito à matéria, ou seja, ideia precede a matéria), porém mais conhecido por seu notório antisemitismo. Esta obra é considerada basilar pelos ideólogos marxistas, pois, ao criticar Dühring, Engels expõe os principais fundamentos do socialismo marxista, tais como “a determinação em última instância pelo econômico”; “a filosofia da natureza”; “os princípios da dialética”; “a violência política”; “capital e mais-valia”; “exploração do homem pelo homem”; “o socialismo”, dentre outros.

¹⁷ A gênese da concepção material da história por Marx e Engels se dá quando da elaboração de *A ideologia alemã*, (1845/46). O materialismo histórico é, de acordo com Marx, o “fio condutor” de todos os estudos subsequentes. Os conceitos básicos do materialismo histórico (forças produtivas, relações de produção, modo de produção, meios de produção, infraestrutura, superestrutura, determinação em última instância pela economia, classe social, luta de classes, transição, revolução, etc.) constituem uma teoria científica da história, vista até então como uma simples narração de fatos históricos. Ele revolucionou a maneira de se interpretar a ação dos homens na história, abrindo ao conhecimento, uma nova ciência e aos homens uma nova visão filosófica do mundo: o materialismo dialético, entendendo-se como crítica, a precedência da matéria sobre a ideia (antítese do idealismo).

¹⁸ ENGELS, F., apud LOBO, Ary M, op. cit. p. 0.00.003-004.

¹⁹ idem.

“Embora tivesse nascido nos fins do século XVIII, em algumas cabeças geniais, a economia política, no sentido restrito, tal como a apresentam os fisiocratas e Adam Smith, é essencialmente um fruto do século XVIII, figurando entre as conquistas dos grandes racionalistas franceses dessa época, participando, portanto, de todas as vantagens e todos os inconvenientes do tempo.”

Também podemos observar no prefácio de *Para uma crítica da economia política* (1859), MARX sintetizou sua concepção acerca do modo como se desenvolve a história da humanidade²⁰.

Ao estudarmos um determinado país do ponto de vista da sua economia política, começamos por analisar a sua população, a divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc.

Assim, a organização social, por sua vez, tampouco foi considerada por MARX como fruto da mera decisão dos indivíduos. Ela é resultado, segundo seu entendimento particular, do grau de desenvolvimento das forças produtivas de que dispõem estes indivíduos.

É, portanto, para MARX, o estado das forças produtivas que condiciona a organização, o pensar e o agir dos indivíduos socialmente considerados.

O Neoliberalismo

Em reação as ideias divulgadas pelo pensamento marxista, os economistas da escola tradicional englobam um novo elemento em suas considerações sobre o pensamento econômico, o bem-estar social. O fundador dessa vertente, chamada de pensamento econômico neoclássico foi Karl MENGGER²¹, economista austríaco (1840-1921), que, através de seu livro *Princípios de economia*, (1871), apresenta a síntese de sua ideia.

“A economia política dedica-se ao estudo das condições de feliz êxito da atividade dos homens em prol da satisfação de suas necessidades.”

E é por assim dizer, o neoclassicismo que enfrenta a tarefa primeira de responder aos questionamentos impostos pelos marxistas.

Quem reunirá todas as teorias emanadas da doutrina neoclássica será Alfred MARSHALL²², economista inglês (1842-1924), através de sua obra *Princípios de economia política* (1890), no qual observa:

“A economia política é o estudo da humanidade nos negócios ordinários da vida; cuida de examinar a parcela de ação individual ou social mais estreitamente ligada à consecução e aos requisitos materiais do bem-estar.”

²⁰ MARX K. apud LOBO, Ary M, op. cit. p. 0.00.003-004.

²¹ MENGGER, K., apud LOBO, Ary M, op. cit. p. 0.01.011.

²² MARSHALL, A., apud LOBO, Ary M, op. cit. p. 0.01.011.

Marshall foi um dos fundadores da Microeconomia²³, por ter percebido a importância fundamental da interrelação dos pequenos núcleos geradores de riqueza que formam a economia, já que sempre procura em suas teorias explicitar que o objetivo de sua análise era encontrar a solução ou o conjunto de soluções que respondessem à demanda de problemas sociais gerados pela ordem econômica.

Apesar dos movimentos políticos de 1848 terem sido um dos fatores geradores do surgimento do marxismo, também este fomentou nas novas nações formadas na Europa, uma classe de pensadores, ou com novas vertentes (Alemanha) ou seguindo a “*ancien ecôle*” (Itália).

Um dos autores do pensamento econômico neoclássico italiano, Luigi COSSA²⁴, da Universidade de Pavia, teve no seu *Introdução ao estudo da economia política* (1895), a seguinte formulação:

“A economia política é a doutrina da ordem social das riquezas, estudada na sua essência, nas suas causas, nas suas leis racionais e nas suas relações com a prosperidade pública. Ela tem por objeto não somente as riquezas, isto é, o complexo de bens permutáveis e materiais, mas a atividade humana que lhes é referente, atividade que ela estuda sob um aspecto peculiar, o do interesse geral.”

336

Já Antonio CICCONE²⁵, outro pensador neoclássico italiano, professor da Real Universidade de Nápoles, publica o seguinte em seu *Princípios de economia política* (1882).

“A economia é a ciência que trata das leis que governam a produção, a distribuição, a circulação e o consumo da riqueza, e das relações dessas leis com o bem-estar social. Ou então apenas dirá em poucas palavras que a economia é a ciência da riqueza social.”

Síntese

Como pudemos observar, os pensadores consideraram, em seus enunciados, a economia política sob vários aspectos:

- Como visão sociológica - François QUESNAY;
- Como visão histórica - Jean Jacques ROUSSEAU;
- Como regra para governar - Adam SMITH;
- Como lei de mercado - David RICARDO e Thomas Robert MALTHUS;
- Como consideração social da liberdade - John Stuart MILL;

²³ Microeconomia é o ramo da ciência econômica que estuda as relações entre unidades específicas, levando em consideração a análise pormenorizada do comportamento destas unidades. Como exemplo, podemos dizer que é a interação dos consumidores, empresas, trabalhadores, produtores agrícolas, de bens, de serviços, entre outros.

²⁴ COSSA, L., *apud LOBO, Ary M, op. cit.* p. 0.01.013.

²⁵ CICCONE, A., *apud LOBO, Ary M, op. cit.* p. 0.01.011.

- Como controle político e econômico – Jean Charles Leonard SIMONDE DE SISMONTI;
- Como função crítico-social e classificatória das diferenças econômicas – Friedrich ENGELS e Karl MARX;
- Como condicionante da sociedade – Karl MENGER;
- Como geradora do bem-estar – Alfred MARSHALL;
- Da riqueza como dínamo do Estado e dos indivíduos – Luigi COSSA;
- Como conceito econômico puro – Antonio CICCONE.

Assim, conceitualmente, conforme elaborou Ary M. Lobo, em seu *Tratado de economia política*²⁶, podemos formular que as definições apresentadas podem ser assim resumidas;

“A economia política é a ciência que trata da produção, distribuição e consumo das riquezas.”

Ou:

“A economia política é a ciência que se preocupa com as causas gerais que influem na produção, na distribuição e no consumo das coisas que, sendo úteis e agradáveis à vida, tem valor de troca; e, com os efeitos desta produção, distribuição e consumo, sobre a riqueza e o bem-estar de uma nação.”

Ou ainda:

“A economia política é a ciência da atividade humana, vista sob o prisma da prosperidade material da sociedade.”

Desta forma, foi germinada a massa crítica do pensamento que leva John Maynard KEYNES, economista inglês (1883-1946), a consolidar a Economia Política como ciência em 1936, através de sua obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*.

337

Referências bibliográficas

- DEANE, Phyllis. *A evolução das idéias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DENIS, Henri. *História do pensamento econômico*. Livros Horizonte, 1993.
- Dicionário Enciclopédico Koogan-Larousse*, Antonio Houiass (editor), Larousse do Brasil, 1980.
- Dicionário do Pensamento Marxista*, Tom Bottomore (editor), Zahar, 1988.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring (Herr Eugen Dühring's Revolution in Science)*. Paz e Terra, 1979.
- LOBO, Ary M. *Tratado de economia política realista e de econômica*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1945.
- MALTHUS, Thomas Robert. *An essay on principle of population*, Antony G. Flew (editor), Penguin English Library, 1985.
- MARX, Karl. *Para uma crítica da economia política* (1859) [online]. Ridendo Castigat Mores-Comunicação Persuasiva e Propaganda Ideológica. Disponível em [http://www.jahr.org/nel/critica/index.html]. Acesso em 15 de fevereiro de 2001.
- MILL, John Stuart. *Principles of political economy: and chapters on socialism*. Oxford World's Classics, 1999.

²⁶ *Op cit.* p. 00.1.004.

- NAPOLEONI, C. *Diccionario de economía política*. Ed. Ortells, 1982.
- NOGUEIRA, José Luis de Almeida. *Curso de economia política ou ciência do valor*. Gráfica São José, 1955.
- POLITZER, Georges. *Principios elementares de filosofia*. Prelo Editora, 1979.
- RICARDO, David. *Principles of political economy and taxation*. Prometheus Books; 1996.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de administração e finanças*. Ed. Best Seller, 1996.
- SAY, Jean Batiste. *Manual práctico de economía política* (1803) [online]. Universidad de Málaga. Disponível em [http://www.eumed.net/cursecon/economistas/textos/say-manual_econom.htm]. Acesso em 18 de julho de 2001.
- SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Modern Library, 1994.